



**BOLETIM INFORMATIVO
REGIONAL DE
SÃO FRANCISCO
DO GUAPORÉ
2025**

**Vigilância Socioassistencial
Porto Velho - 2025**



**VIGILÂNCIA
SOCIOASSISTENCIAL**

SEAS
Secretaria de Estado da Mulher, da Família,
da Assistência e do Desenvolvimento Social

RONDÔNIA
★
Governo do Estado





**Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do
Desenvolvimento Social - SEAS/RO**

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador do Estado de Rondônia

LUANA NUNES DE OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social

BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO

Diretor Técnico de Políticas Públicas

FABIANE APARECIDA PASSARINI

Coordenadora Estadual de Assistência Social

NÁLEI DE CARVALHO SOBRINHO

Gerente da Gestão do SUAS

Equipe da GSUAS

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo

Bruno Puccinelli

Denir Mattara de Souza

Dulcianni de Fátima Monteiro Barros Ignácio

Gisele Akemi Kimura Iguchi

Greicielle Kassila Alves de Alencar

Equipe de elaboração

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo - Redação

Denir Mattara de Souza - Tabulação de dados

Greicielle Kassila Alves de Alencar - Gráficos e Editoração

Sumário

1. Introdução.....	4
2. Proteção Social Básica (PSB).....	8
2.1 Estrutura Física.....	8
2.2. Recursos Humanos.....	10
2.3 Serviços.....	11
2.3.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).....	11
2.3.2 Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....	13
2.3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).....	14
3. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.....	16
3.1 Serviços.....	17
3.1.1. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).....	17
4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.....	18
4.1 Estrutura Física.....	19
4.2 Recursos Humanos.....	21
4.3 Serviços de Acolhimento Institucional.....	22
4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.....	23
4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;.....	24
4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;.....	25
4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;.....	25
5. Considerações finais.....	25

1. Introdução

O presente boletim informativo apresenta análise regionalizada com base nos resultados do monitoramento realizado no ano de 2024 pela equipe técnica da Vigilância Socioassistencial do Estado de Rondônia. Diante da análise geral dessa equipe, observou-se a necessidade de uma devolutiva territorializada, para qualificar a intervenção dos agentes públicos e fortalecer as gestões municipais, promovendo maior aderência entre as necessidades da população e a oferta de serviços socioassistenciais. Portanto, a análise territorial da rede socioassistencial exposta neste boletim revela-se fundamental para orientar o planejamento, a gestão e a execução de serviços, conforme previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009).

Tal iniciativa insere-se no esforço de aprimoramento contínuo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo em vista a centralidade de suas três funções — Proteção Social, Defesa de Direitos e Vigilância Socioassistencial — conforme estabelecido na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS). Essas funções, interdependentes e complementares, materializam a efetividade da política pública na medida em que atuam de forma articulada para assegurar a prevenção, proteção e promoção de direitos.

O monitoramento realizado contemplou a avaliação dos equipamentos socioassistenciais do estado de Rondônia, com foco nos eixos de recursos humanos, estrutura física e serviços socioassistenciais tipificados. A metodologia adotada baseou-se em visitas *in loco*, reuniões técnicas e aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas direcionadas a coordenadores e técnicos de referência. O processo foi conduzido de forma dialógica, por meio de rodas de conversa que possibilitaram a escuta qualificada sobre as práticas desenvolvidas em cada equipamento.

As análises foram realizadas em conformidade com a Resolução nº 14/2023/SEAS-CEASRO, que estabelece indicadores para a classificação da qualidade da oferta em cinco categorias: Irregular, Insuficiente, Suficiente, Regular e Superior. Dessa forma, os resultados sistematizados neste relatório buscam oferecer subsídios técnicos para a reflexão crítica e a proposição de estratégias de fortalecimento da gestão e da rede socioassistencial municipal, de modo a contribuir para a consolidação da assistência social como política pública setorial de proteção social no Estado de Rondônia.

O estado de Rondônia é dividido em 10 regiões de planejamento da SEAS, na qual a região analisada neste boletim é a Regional de São Francisco, que compreende os municípios de São Francisco do Guaporé, Costa Marques, Seringueiras e São Miguel do Guaporé.

De acordo com o Censo Demográfico 61.719 pessoas residem nos municípios desta regional (IBGE, 2022). Neste ano de referência haviam cerca de 39.061 pessoas inscritas no CadÚnico, o que corresponde aproximadamente a 63% da população regional.

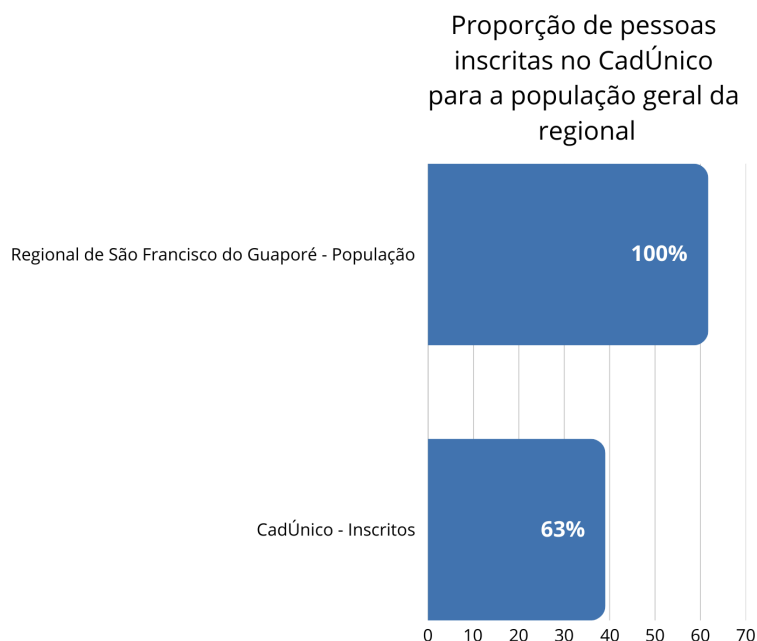


Gráfico 1

Fonte: Censo IBGE (2022) e CECAD (2022)

Na última referência (nov. 2025) a população de usuários inscritas na regional é de 37.468 pessoas, destas cerca de 34% estavam em situação de pobreza (ou seja, a renda per capita da família é até R\$ 218,00 reais), 32,4% em situação de baixa renda (acima de R\$ 218,00 até meio salário mínimo) e aproximadamente 33,8% acima de meio salário mínimo, ou seja, o dados do CadÚnico indicam que cerca de 66% da população inscrita na regional encontra-se em condição de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, com renda per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o que corresponde à aproximadamente 24.786 pessoas, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

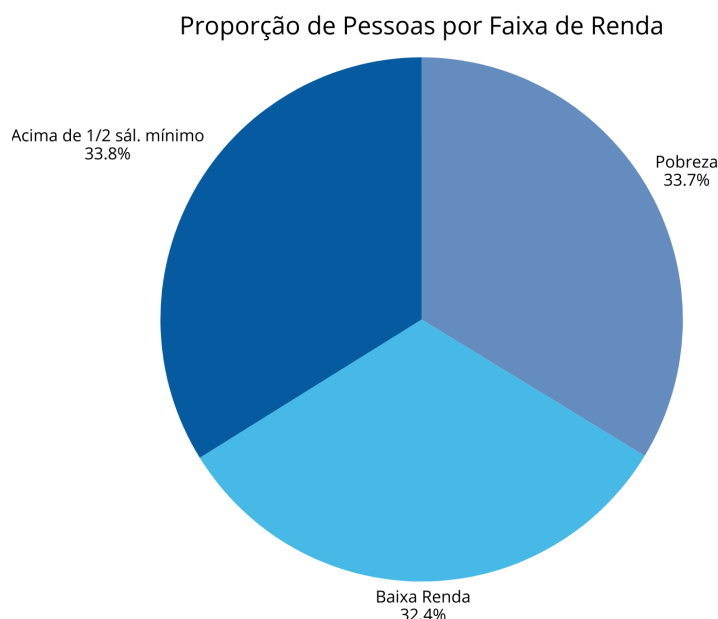


Gráfico 2

Fonte: CECAD (2025)

Entretanto, deve-se levar em consideração que melhorias na cobertura do CadÚnico podem evidenciar outras famílias em vulnerabilidade que não foram alcançadas pela política pública de assistência social. Os últimos dados disponíveis no CadÚnico (nov/2025) apontam que só as pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo (pobreza + baixa renda) distribuídas em 8.208 famílias, média geral de 3 pessoas por família. Em relação à oferta na proteção social básica a região conta com 7 (sete) Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) destes:

- 1 CRAS de pequeno porte II capaz de referenciar até 3.500 famílias;
- 3 CRAS de pequeno porte I capaz de referenciar até 2.500 famílias;

Desta forma, a rede da região é capaz de atender a demanda potencial de 11.000 famílias, capacidade superior ao público em vulnerabilidade socioeconômica que atualmente encontra-se qualificada na base de dados do CadÚnico. Estes dados indicam que a capacidade potencial máxima da regional ainda não foi completamente atingida. Deste modo, com base nos indicadores apresentados, a regional ainda é capaz de atender potencialmente cerca de 5.088 famílias, portanto não deve-se perder de vista as especificidades de cada território municipal e próprias do fator amazônico capaz de pressionar a oferta da rede e exigir maiores investimentos em sua infraestrutura e recursos humanos.

Nesse sentido, deve-se observar que o território apresenta elevada complexidade, marcada por uma combinação de vulnerabilidades sociais, grande extensão geográfica e diversidade socioterritorial específicas dos fatores

amazônicos e a área de grande extensão impõe desafios significativos à gestão e à oferta de políticas públicas.

Distribuídas nesta extensão territorial encontram-se complexidades inerentes ao contexto amazônico, como a presença de terra indígena (Ex. T.I. Massaco, T.I. Rio Branco, T.I. Uru-Eu-Wau-Wau), populações ribeirinhas, território quilombola, distritos e diversas áreas rurais com famílias de agricultores familiares, assentados e vivendo distribuídas por todo território regional.

No meio urbano, a vulnerabilidade manifesta-se por meio da concentração populacional em áreas periféricas, carência de infraestrutura básica e desigualdades de acesso aos serviços públicos, enquanto nas zonas rurais persistem o isolamento geográfico, a precariedade das vias de transporte e as limitações no acesso a políticas estruturantes para o desenvolvimento socioeconômico.

Essa combinação de vulnerabilidades urbanas e rurais, somada à vastidão territorial e à diversidade étnica e sociocultural, exige um olhar sensível e estratégias diferenciadas de atuação do Sistema Único de Assistência Social, pautadas na territorialização, na intersetorialidade e na valorização das especificidades locais.

Considerando esse contexto, a seguir são apresentados os dados do monitoramento da rede socioassistencial, com destaque para a oferta de serviços da Proteção Social Básica e Especial, bem como as condições estruturais e de recursos humanos das unidades. Essa análise busca oferecer uma visão integrada sobre a capacidade de resposta do município às demandas sociais do território, evidenciando avanços, desafios e oportunidades para o aprimoramento da gestão e da execução dos serviços.

2. Proteção Social Básica (PSB)

A proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) sua principal porta de entrada. O CRAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção básica em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS como um todo. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária. O espaço configurado como “porta de entrada” para a Assistência Social precisa estar de acordo com os parâmetros estabelecidos no Caderno de Orientação do CRAS, para que desse modo os serviços da rede socioassistencial sejam ofertados da maneira mais adequada e dentro do estabelecido pela NOB-SUAS.

2.1 Estrutura Física

A análise do presente eixo tem como objetivo compreender a capacidade e a conformidade da estrutura física e material do equipamento com as orientações técnicas com vista à oferta qualificada dos CRAS e dos Centros de Convivências. Na Regional de São Francisco, o monitoramento evidenciou que os CRAS monitorados foram classificados: 25% suficiente, 50% regular e 25% superior.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:.

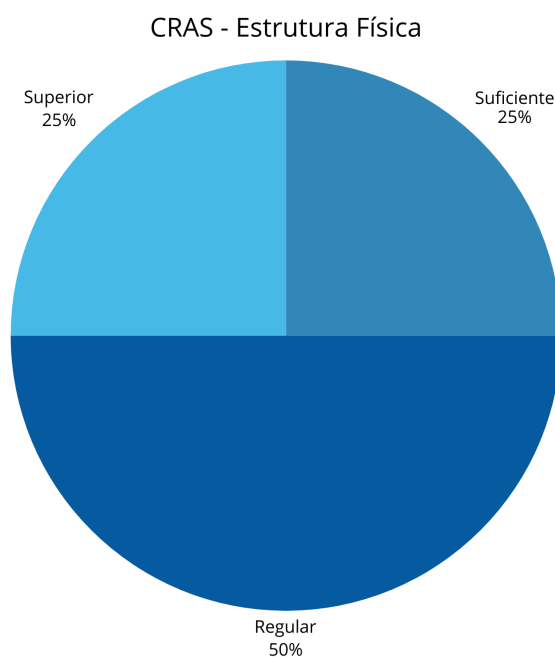


Gráfico 3

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** A maioria das unidades apresenta funcionamento regular durante a semana e jornada adequada, garantindo previsibilidade e acesso contínuo aos serviços. Em geral, observa-se a existência de recepção estruturada, espaços administrativos, copa e salas específicas para atendimentos individuais ou atividades coletivas, o que indica um padrão mínimo de organização e divisão funcional dos ambientes. Em algumas unidades, destaca-se a presença de veículos próprios ou compartilhados para apoio às atividades, bem como estrutura ampliada no Centro de Convivência, incluindo refeitório, quintal para atividades ao ar livre e salões que permitem ações recreativas e grupais. A disponibilização de materiais informativos e murais também demonstra esforço de comunicação e transparência com os usuários.

- **Pontos Fracos:** Persistem fragilidades importantes na infraestrutura que comprometem a plena efetividade da oferta em parte do território. Há unidades que ainda não possuem acessibilidade total, incluindo banheiros fora do padrão e ausência de adaptações estruturais, o que dificulta o acesso de pessoas com deficiência e idosos. Em algumas recepções, a coleta de dados continua manual, o que gera perda de informações e reduz a capacidade de monitoramento. A inexistência, em parte dos equipamentos, de mapas que representem a abrangência territorial limita o planejamento e a gestão da oferta. Também se evidencia escassez de salas específicas para equipe técnica e psicossocial, além da ausência de televisores e outros equipamentos necessários à realização de atividades coletivas. Em certos Centros de Convivência, a falta de recepção e de salas próprias para equipe técnica revela inadequações estruturais importantes.

A estrutura física na região analisada apresenta avanços relevantes, como acessibilidade parcial ou total em várias unidades, ambientes distintos para atendimento e oferta regular dos serviços. Contudo, há diferenças expressivas entre os equipamentos, indicando desigualdade territorial na qualidade das instalações. A ausência de acessibilidade integral, a falta de informatização dos registros e a estrutura física insuficiente em algumas unidades evidenciam a necessidade de maior padronização e fortalecimento da infraestrutura da PSB para garantir condições equânimes de atendimento.

2.2. Recursos Humanos

O segundo eixo corresponde aos recursos humanos que foram monitorados tendo como base as normativas técnicas e as orientações técnicas setoriais. Neste eixo o monitoramento evidenciou a seguinte classificação em relação aos recursos humanos como: 50% insuficiente, 25% suficiente e 25% regular.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

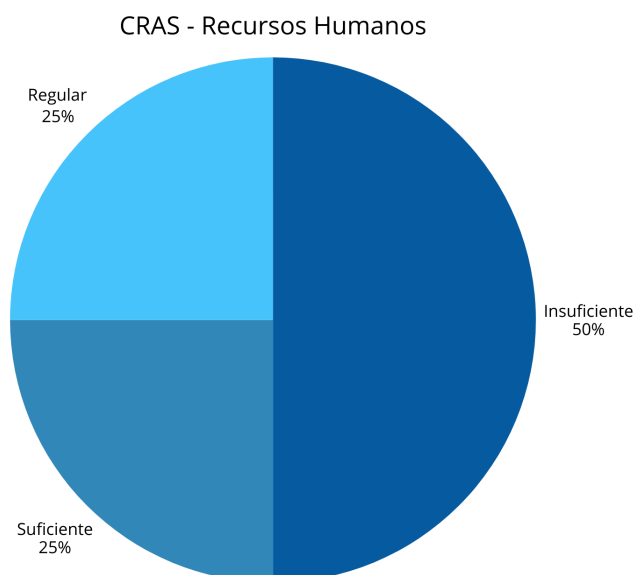


Gráfico 3

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Observa-se, de forma geral, que determinados equipamentos contam com equipes mínimas compatíveis com o porte municipal, segundo os parâmetros da NOB-RH. Em vários casos, há presença de assistente social, psicólogo, orientadores sociais e coordenação com nível superior, configurando equipe de referência adequada para atendimento da demanda. Em algumas unidades, os Centros de Convivência possuem equipes completas e diversificadas, incluindo cozinheiros, zeladores e auxiliares, o que favorece a manutenção da rotina e do acolhimento às atividades coletivas. Há ainda indícios de alinhamento com os perfis profissionais recomendados pelo SUAS.
- **Pontos Fracos:** Persistem lacunas significativas na composição e qualificação das equipes. Em alguns equipamentos, o cargo de coordenação é ocupado por pessoa sem nível superior, contrariando o perfil estabelecido nacionalmente. Há unidades onde o número de técnicos de nível superior é inferior ao previsto, especialmente no que se refere à dupla de assistentes sociais ou à presença de psicólogo adicional. Também são recorrentes dificuldades para manter o Cadastro de Recursos Humanos atualizado no CAD-SUAS, o que impacta diretamente o monitoramento e o planejamento. Em algumas localidades, há apenas um orientador social, abaixo do quantitativo recomendado, e insuficiência de profissionais para suprir a demanda do território, especialmente em casos mais complexos.

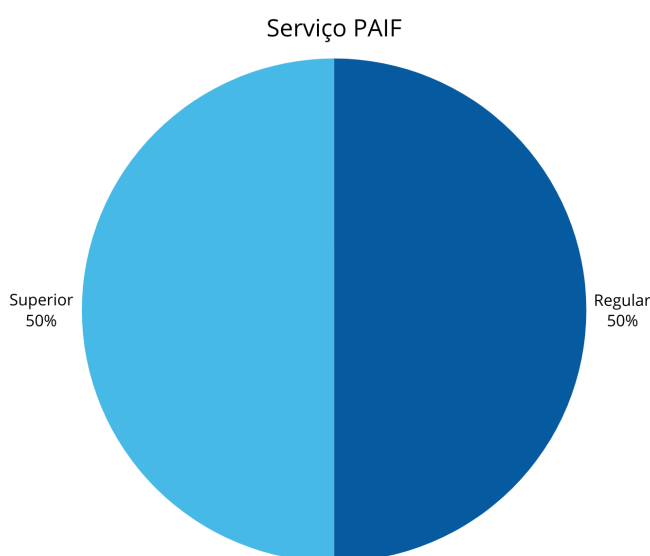
O quadro de recursos humanos apresenta uma base mínima consolidada, mas ainda distante de assegurar a plena cobertura e qualificação exigidas para a Proteção Social Básica. A insuficiência de técnicos, a ocupação inadequada de cargos estratégicos e a defasagem entre demanda territorial e força de trabalho revelam a necessidade de reforço na estrutura de pessoal. A adequada composição da equipe é um fator determinante para o fortalecimento do PAIF e SCFV, e sua fragilidade compromete tanto a gestão do território quanto a efetividade da intervenção social.

2.3 Serviços

2.3.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) constitui a principal oferta da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo executado obrigatoriamente nos CRAS. Seu objetivo é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos e promovendo o acesso a direitos socioassistenciais e às demais políticas públicas. O PAIF atua de forma territorializada, priorizando o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, articulando ações individuais e coletivas que visam à melhoria da qualidade de vida e à superação das desigualdades.

Na Regional de São Francisco, os dados de monitoramento apontam que os serviços foram classificados como: 50% como regular e 50% superior.



Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em parte do território o PAIF apresenta sinais de estruturação consistente em diversas unidades, com acolhida aos usuários, realização de atendimentos individualizados e desenvolvimento de grupos, oficinas e palestras voltadas às famílias. Em vários territórios, existem campanhas temáticas articuladas ao calendário nacional, demonstrando preocupação com prevenção de violações de direitos e fortalecimento comunitário. Há utilização de prontuários físicos ou formulários adaptados, o que indica esforço de registro e acompanhamento ainda que não padronizado. Em alguns equipamentos, observa-se articulação com o Cadastro Único e realização de atividades coletivas em conjunto com a comunidade, o que amplia a visibilidade e o alcance do serviço. A prática de encontros com famílias, ainda que não sistemática, também aparece como elemento positivo para o vínculo e continuidade do acompanhamento.
- **Pontos Fracos:** Apesar dos avanços, o PAIF enfrenta fragilidades importantes no território. A utilização do Prontuário SUAS — ferramenta oficial e padronizada — é baixa ou inexistente em grande parte dos equipamentos, prejudicando a qualidade dos registros e a continuidade do acompanhamento familiar. A busca ativa é pouco estruturada e insuficiente, limitando a capacidade de alcançar famílias em maior vulnerabilidade. Há dificuldades na articulação com políticas de qualificação profissional e emprego, com baixa inserção no ACESSUAS e pouca produção de encaminhamentos ao mercado de trabalho. O Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) é subutilizado, reduzindo a capacidade de planejar intervenções de médio e longo prazo. Também se percebe fragilidade na articulação com benefícios eventuais e na integração entre atendimentos individuais e ações coletivas, o que compromete a lógica do trabalho social com famílias como processo contínuo.

De forma geral, PAIF demonstra presença territorial e capacidade mínima de execução, com ações diversificadas e participação comunitária em alguns locais. No entanto, a execução carece de maior padronização metodológica, fortalecimento da busca ativa e alinhamento às ferramentas oficiais de registro e planejamento. A insuficiente articulação com a rede e com políticas de trabalho e renda limita o impacto do serviço no enfrentamento das vulnerabilidades. Há uma base positiva para o fortalecimento, mas o serviço necessita aprimorar fluxos, registros e integração territorial para atingir sua potencialidade protetiva.

2.3.2 Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (PSB/DPcDI) tem como objetivo principal prevenir situações de risco e isolamento social, promovendo a autonomia, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e o acesso a direitos. O serviço visa assegurar que pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade social recebam acompanhamento continuado, voltado à melhoria da qualidade de vida e à inclusão social, por meio de visitas domiciliares, articulação com a rede socioassistencial e intersetorial e desenvolvimento de ações de convivência e cuidado no território.

Na Regional de São Francisco, o serviço encontra-se fragilizado, com o monitoramento evidenciando que o serviço está classificado como irregular em todos municípios da regional, o que demonstra a ausência de condições mínimas para o pleno funcionamento e a execução adequada das ações previstas no escopo do PSB/DPcDI.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Os territórios demonstram sensibilidade às demandas de pessoas idosas e com deficiência, ainda que de forma não estruturada. Em várias unidades, quando surgem necessidades específicas, elas são atendidas dentro do escopo do PAIF, o que impede descontinuidade da proteção e evita que os usuários fiquem sem resposta institucional. O atendimento pontual demonstra capacidade mínima de acolhimento, mesmo diante da ausência de equipe exclusiva para esse serviço tipificado.
- **Pontos Fracos:** O serviço praticamente não se encontra implantado de forma formal e completa na região analisada. Várias unidades não executam o serviço ou não o incluem nos seus planos de ação, o que evidencia baixa institucionalização. Não há equipes exclusivas ou rotinas específicas para acompanhamento domiciliar, tampouco fluxos de atendimento ou registros próprios. A oferta ocorre de maneira reativa, vinculada ao PAIF, e não como serviço tipificado com diretrizes, periodicidade e metas próprias. A ausência de estruturação formal impede a identificação, o acompanhamento sistemático e a prevenção de situações de dependência, negligência ou isolamento social de pessoas idosas e com deficiência.

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio apresenta fragilidade estrutural, configurando-se mais como uma resposta eventual do PAIF do que como serviço tipificado e organizado. A inexistência de planejamento, equipe dedicada e fluxo sistemático compromete a efetividade da proteção a grupos com maior grau de dependência. Embora exista disposição institucional para atender demandas pontuais, o cenário mostra necessidade de consolidar o serviço como política

continuada, garantindo acompanhamento adequado e preventivo às famílias e indivíduos.

Em conclusão, a análise revela que o PSB/DPcDI na Regional de São Francisco ainda não está consolidado enquanto oferta efetiva da rede socioassistencial. A inexistência de equipe e planejamento específicos, somada ao desconhecimento técnico sobre suas finalidades, impede que o serviço cumpra sua função estratégica de promoção da inclusão e da proteção social de pessoas idosas e com deficiência. O fortalecimento do serviço requer sua institucionalização no planejamento municipal, investimento em formação continuada e integração com as demais políticas públicas, de modo a garantir que esse público tenha acesso regular, qualificado e humanizado à proteção social básica.

2.3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) integra a Proteção Social Básica do SUAS e tem como objetivo complementar o trabalho social com famílias, prevenindo situações de risco social e fortalecendo vínculos familiares e comunitários. O serviço é ofertado de forma grupal, organizada por faixas etárias, e busca promover o desenvolvimento de potencialidades, a convivência intergeracional e o acesso a experiências culturais, esportivas e artísticas, contribuindo para o protagonismo e a autonomia dos usuários.

Na Regional de São Francisco, o monitoramento apontou que o serviço foi classificado como: 25% como suficiente, 50% como regular e 25% como superior.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

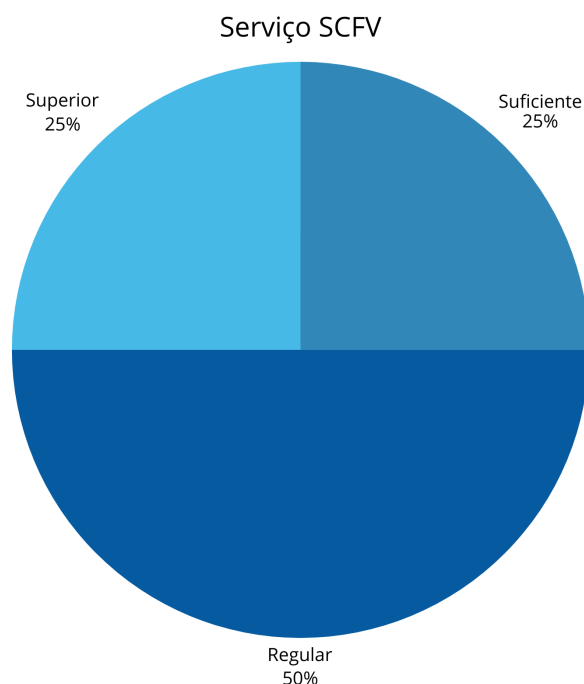


Gráfico 5

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Em parte do território o SCFV demonstra boa capilaridade e execução contínua em diferentes faixas etárias, especialmente crianças, adolescentes e idosos. Em algumas unidades, há planejamento coletivo das atividades, realização de visitas domiciliares e encontros com as famílias dos usuários, o que reforça o caráter comunitário do serviço. A existência de atividades recreativas, convivência intergeracional e campanhas temáticas indica compreensão dos eixos norteadores do serviço. Em determinados territórios, o trabalho ocorre em equipamentos com boa estrutura física, incluindo salões amplos e espaços externos adequados à convivência, o que potencializa as ações socioeducativas.
- **Pontos Fracos:** A fragilidade mais evidente é a baixa integração entre SCFV e CRAS. Em vários locais, não há acompanhamento sistemático do técnico de referência do PAIF — que deveria monitorar, planejar e discutir casos periodicamente. Essa ausência compromete a articulação entre acolhida, acompanhamento familiar e convivência. A busca ativa dos usuários, especialmente nos casos de evasão, é insuficiente devido à sobrecarga das equipes. Planejamento, reuniões periódicas e avaliações de efetividade são inconsistentes. Em algumas unidades, a falta de recepção e de salas adequadas limita a organização do trabalho e a privacidade nos atendimentos. Observa-se também pouca articulação com a comunidade,

com baixa participação em eventos coletivos, reduzindo o potencial comunitário e preventivo do serviço.

O SCFV apresenta vitalidade e realizações significativas, mas carece de maior integração com o PAIF, padronização metodológica e fortalecimento do monitoramento. A ausência de acompanhamento sistemático pelo CRAS enfraquece a intencionalidade protetiva e dificulta a identificação de vulnerabilidades emergentes. Apesar de boas práticas isoladas, o serviço necessita maior articulação territorial e melhor estrutura operacional para realizar plenamente sua função de fortalecer vínculos e prevenir rupturas familiares.

Em síntese, o SCFV na Regional de São Francisco apresenta potencial de fortalecimento, especialmente diante das boas práticas observadas, mas ainda enfrenta desafios para consolidar uma oferta contínua, articulada e planejada na rede pública.

3. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.

A proteção social especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) sua principal porta de entrada. O CREAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção especial em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária.

O Serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade nesta regional não é executado no âmbito do CREAS, mas sim pela equipe da Proteção Social Especial vinculada ao órgão gestor da assistência social e na sua ausência pela equipe.

3.1 Serviços

3.1.1. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é uma oferta da Proteção Social Especial de Média Complexidade executada no âmbito dos CREAS. Seu objetivo é acompanhar e apoiar adolescentes em cumprimento de medidas determinadas pelo Judiciário, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a

corresponsabilização pelos atos cometidos e a construção de novos projetos de vida. O serviço busca assegurar o acompanhamento técnico sistemático, o acesso a políticas públicas e oportunidades de inserção social, educativa e profissional.

Na regional de São Francisco, os dados do monitoramento indicaram que dos serviços avaliados foram classificados como 25% suficiente e 75% regular, refletindo um cenário de boa execução do serviço no território da regional.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

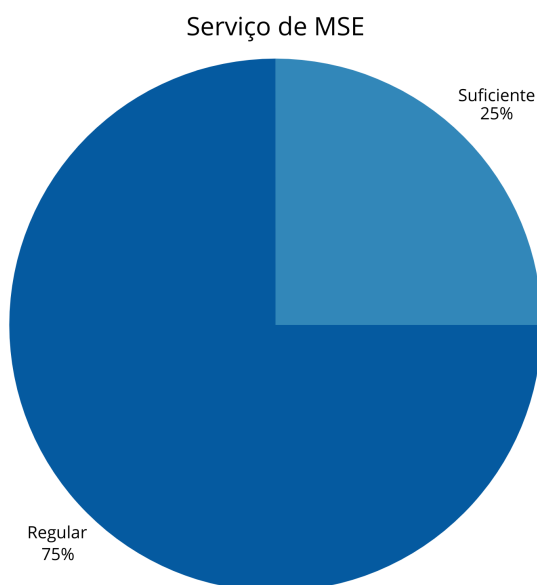


Gráfico 6

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** O serviço tem sido executado de forma mínima e funcional nos municípios analisados, mesmo quando ocorre com poucos casos anuais. Em situações pontuais, observa-se que os adolescentes são acompanhados com Plano Individual de Atendimento (PIA) e que há articulação com o Sistema de Justiça, demonstrando capacidade básica de resposta institucional. Em alguns locais, a equipe da Proteção Social Especial está envolvida diretamente na execução, o que reforça a vinculação do serviço à área responsável. Há intenção de qualificar a oferta por meio da criação de atividades em grupo, reconhecendo as dificuldades de socialização dos adolescentes.
- **Pontos Fracos:** O serviço apresenta fragilidades estruturais significativas. Em vários municípios, ele é executado pela equipe do PAIF ou por equipes

não exclusivas, o que compromete a especificidade do trabalho socioeducativo. Há ausência de rotina contínua de acompanhamento e fragilidade no uso de prontuários e registros sistematizados, resultando em respostas acionadas apenas quando demandadas pelo Judiciário. Em alguns municípios, práticas essenciais, como grupos reflexivos, estudos de caso e articulação intersetorial, não estão consolidadas. Observa-se também necessidade de padronização do PIA e do acompanhamento psicossocial, que hoje dependem mais da demanda do Sistema de Justiça do que de uma rotina própria da política de assistência social.

A execução das medidas socioeducativas em meio aberto existe, mas ainda é incipiente e pouco estruturada. Apesar de haver capacidade de resposta às demandas judiciais, o serviço carece de continuidade, padronização, equipe dedicada e fortalecimento metodológico para que as medidas cumpram sua finalidade socioeducativa. Há potencial para qualificação, mas o cenário atual indica uma oferta ainda distante das diretrizes do SUAS para média complexidade.

O serviço de MSE na regional de São Francisco demonstra potencial de aprimoramento, especialmente por já apresentar experiências exitosas em parte dos municípios. O fortalecimento dessas ações contribuirá para a efetividade das medidas socioeducativas e para o cumprimento do papel protetivo e socioeducativo do serviço, ampliando as oportunidades de ressocialização e reinserção social dos adolescentes acompanhados.

4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem como finalidade garantir acolhimento e proteção integral a indivíduos e famílias que se encontram temporariamente afastados do convívio familiar e comunitário, em razão de situações de abandono, violência, negligência e violação de direitos. No âmbito da regional de São Francisco, essa modalidade abrange diferentes tipologias de serviços de acolhimento institucional, voltados a crianças e adolescentes e idosos, não havendo cobertura para mulheres em situação de violência e adultos e famílias. Esses serviços buscam assegurar abrigo seguro, atendimento humanizado e acompanhamento técnico que favoreça a reconstrução dos vínculos familiares e a reintegração social dos usuários.

A seguir, serão apresentados os dados do monitoramento da proteção social especial de alta complexidade na regional de São Francisco, contemplando as condições de oferta, estrutura física, composição das equipes e qualidade dos serviços prestados nas unidades de acolhimento, de modo a evidenciar os avanços, desafios e pontos que requerem fortalecimento para assegurar a efetividade da

política de assistência social nesse nível de proteção.

4.1 Estrutura Física.

A análise da estrutura física das unidades de acolhimento da regional de São Francisco considerou, de forma agregada, os serviços voltados a crianças e adolescentes, adultos, mulheres em situação de violência e pessoas idosas. Essa agregação permitiu uma visão mais abrangente sobre as condições de funcionamento e adequação dos espaços às exigências da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que pressupõe ambientes acolhedores, seguros e capazes de garantir privacidade, acessibilidade e condições dignas de permanência aos usuários. Com os dados obtidos, constatou-se que 20% das unidades se encontravam em estado superior, 20% em insuficiente, e 60% em suficiente. O gráfico abaixo ilustra esses resultados:

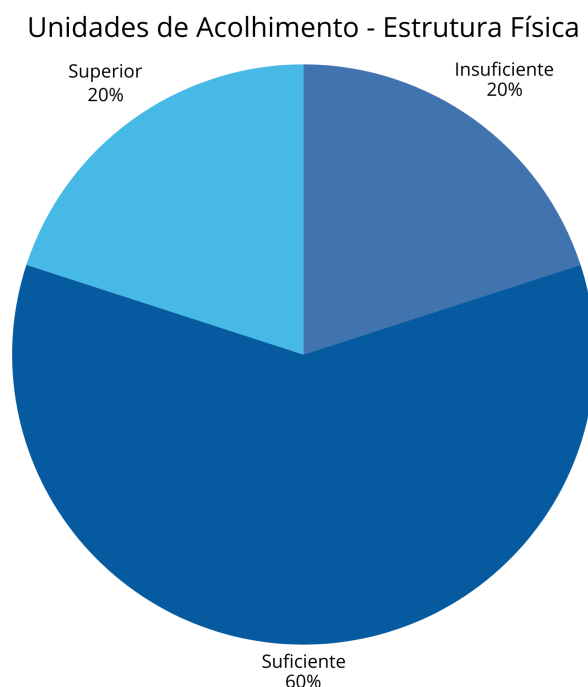


Gráfico 7

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Alguns pontos necessários a serem discutidos sobre esse tópico:

- **Pontos Fortes:** Os territórios apresentam unidades com funcionamento ininterrupto, estrutura organizada e ambientes climatizados, com cozinha equipada, lavanderia, sala de estar, refeitório e espaços externos adequados. Em alguns municípios, há biblioteca, sala de informática e quartos bem distribuídos, respeitando os parâmetros de número máximo de acolhidos por dormitório. Observam-se unidades que atendem diretamente às orientações dos cadernos técnicos, com estrutura semelhante a um lar e boas condições

de higiene, ventilação e organização do espaço.

- **Pontos Fracos:** Nem todas as unidades possuem salas para atendimento da equipe técnica ou coordenação adequada, o que prejudica a privacidade e a organização do trabalho. Há prédios sem acessibilidade plena, com banheiros inadequados e circulação restrita para pessoas com deficiência. Alguns equipamentos carecem de veículo próprio e espaços específicos para atividades coletivas. O compartilhamento de salas de atendimento com a coordenação e a ausência de biblioteca ou sala de informática limitam a oferta de atividades pedagógicas e de convivência.

A estrutura física das unidades apresenta grande variação regional, com bons exemplos de adequação e conforto, mas também fragilidades estruturais que impactam diretamente as condições de atendimento e convivência dos acolhidos. A falta de acessibilidade, de espaços técnicos e de áreas adequadas para atividades coletivas são os principais pontos de atenção.

De modo geral, os resultados indicam boas condições físicas das unidades de acolhimento, entretanto reforça-se a necessidade de investimentos contínuos na acessibilidade e melhoria dos espaços físicos para assegurar condições adequadas de acolhimento e atendimento humanizado aos diferentes públicos atendidos pela rede.

4.2 Recursos Humanos

No que se refere aos recursos humanos das unidades de acolhimento da regional de São Francisco, o monitoramento revelou um quadro de regularidade e insuficiência, com locais pontuais onde perpetua certa fragilidade, especialmente no que diz respeito à composição e ao dimensionamento das equipes. Mais detalhadamente, observou-se que 20% estavam superiores, 20% regulares e 60% insuficientes, assim como ilustrado no gráfico abaixo:

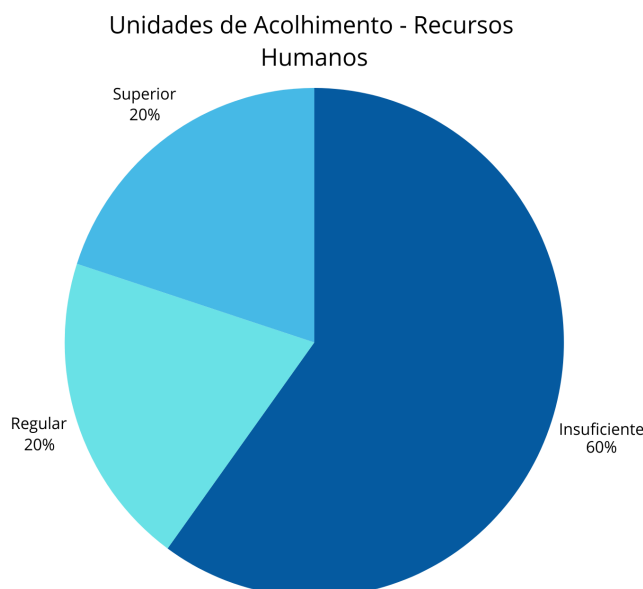


Gráfico 8

Fonte: Vigilância Socioassistencial

- **Pontos Fortes:** Alguns municípios apresentam equipe de referência completa conforme a NOB-RH, com coordenador de nível superior, equipe técnica e quadro de cuidadores suficiente. Há locais onde o serviço conta com profissionais em número e composição adequados, fortalecendo a execução do acolhimento.
- **Pontos Fracos:** Em outros municípios, há ausência de equipe técnica mínima, inexistência de psicólogo e assistente social e quadro reduzido de cuidadores. Também se identificam coordenadores sem nível superior, acumulação de funções e presença de profissionais não previstos na composição padrão. Em certas unidades, parte da equipe técnica é emprestada do CRAS, o que descaracteriza a autonomia do serviço. Falta atualização sistemática do cadastro no CAD-SUAS.

Os recursos humanos do acolhimento apresentam alto grau de desigualdade entre municípios. Enquanto algumas unidades cumprem integralmente os parâmetros, outras funcionam com equipes incompletas ou inadequadas, comprometendo a qualidade da proteção integral. A maior fragilidade é a ausência de equipe técnica exclusiva para o serviço.

De forma geral, o cenário aponta para a necessidade urgente de recomposição e fortalecimento de algumas equipes que atuam na alta complexidade, uma vez que a ausência ou insuficiência de profissionais impacta diretamente a qualidade do atendimento e o cumprimento dos objetivos de proteção integral. Além disso, destaca-se a importância de investir em formação continuada e educação permanente, garantindo que os trabalhadores estejam preparados para lidar com as demandas complexas dos usuários acolhidos e assegurar um serviço

de caráter humanizado, ético e qualificado.

4.3 Serviços de Acolhimento Institucional

O Serviço de Acolhimento Institucional na regional de São Francisco, apesar dos desafios estruturais relacionados à composição das equipes e às condições físicas das unidades, apresentou desempenho geral considerado satisfatório no monitoramento realizado. Do total das unidades monitoradas foram classificadas 75% superiores e 25% suficientes, evidenciando avanços importantes na consolidação da oferta, mesmo diante de limitações operacionais. Os resultados indicam o comprometimento das equipes na manutenção dos serviços, ainda que persistam pontos que requerem atenção e aprimoramento para assegurar o atendimento humanizado e o cumprimento integral dos objetivos da alta complexidade.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

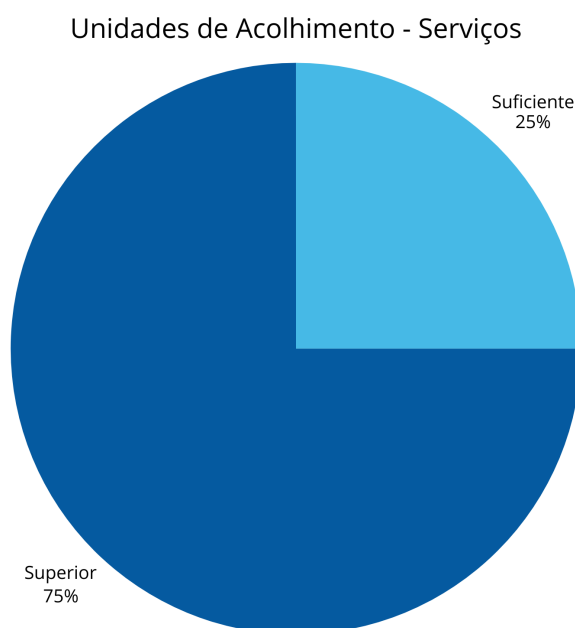


Gráfico 8

Fonte: Vigilância Socioassistencial

A análise dos pontos de força e fragilidade do serviço de acolhimento institucional serão apresentados pelos segmentos em que as unidades se organizam: Crianças e Adolescentes e Idosos.

4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

- **Pontos Fortes:** O serviço apresenta boa execução em diversos municípios, com ações alinhadas aos cadernos técnicos e estrutura organizacional semelhante ao modelo de casa-lar. Há acompanhamento das famílias, promoção de atividades internas e registros de melhoria contínua na organização do serviço. Em alguns casos, observa-se articulação satisfatória com o Sistema de Garantia de Direitos e bom desempenho da equipe técnica no acompanhamento das entradas e saídas do acolhimento. A baixa quantidade de acolhidos em alguns municípios não compromete a capacidade de organização do serviço.
- **Pontos Fracos:** Em alguns territórios, faltam atividades estruturadas com famílias, uso sistemático do prontuário físico e acompanhamento mais rigoroso dos encaminhamentos. A articulação interinstitucional é apontada como insuficiente em determinados locais, assim como a inserção das famílias em serviços como o SCFV. A ausência de ações de mobilização comunitária também aparece como ponto frágil.

Pontos de Atenção:

- Atenção ao princípio da excepcionalidade do afastamento do convívio familiar e à provisoriedade da medida protetiva, garantindo o retorno ao convívio familiar sempre que possível.
- Ampliar a atuação da equipe técnica, indo além da produção de relatórios e do cumprimento de exigências administrativas, fortalecendo o planejamento, o acompanhamento do serviço e a atuação conjunta com os cuidadores.
- Reforçar o papel socioafetivo do cuidador, evitando a confusão de funções com os auxiliares e valorizando o trabalho voltado ao cuidado humanizado e à convivência cotidiana.
- Fortalecer a educação permanente nos serviços de acolhimento é um ponto estratégico para o desenvolvimento da rede.

O serviço funciona de forma geral, com boas práticas identificadas e alinhamento técnico razoável, mas ainda necessita de maior integração com a rede socioassistencial e fortalecimento do acompanhamento das famílias dos acolhidos.

4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;

- **Pontos Fortes:** O acolhimento institucional para idosos apresenta estrutura física adequada em parte dos municípios, com funcionamento contínuo, espaços organizados e atividades internas. Há equipamentos com boa capacidade para rotinas de convivência, alimentação e cuidados básicos.
- **Pontos Fracos:** Há baixa articulação com a rede socioassistencial, ausência de discussão de casos com profissionais de outras políticas e pouca inserção dos idosos em atividades comunitárias. Também se observa fragilidade na promoção de autonomia e baixa utilização de prontuários para acompanhamento sistemático dos usuários. Em alguns locais, a integração com a comunidade local é fraca, comprometendo vínculos sociais e afetivos.

Pontos de atenção:

- Garantir que o atendimento preserve o aspecto socioassistencial do serviço, sem restringir-se às práticas orientadas pela política de saúde.
- Fortalecer o trabalho sociofamiliar, mesmo em casos de vínculos familiares fragilizados, buscando estratégias de reaproximação e convivência quando possível.

O serviço está em funcionamento, mas é pouco articulado e carece de fortalecimento metodológico, maior interação com a rede e ampliação das atividades socioeducativas que promovam autonomia, participação comunitária e convivência.

4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;

- Não há cobertura deste serviço nos municípios da regional.

4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;

- Não há cobertura deste serviço nos municípios da regional.

De modo geral, o monitoramento aponta que, embora as condições estruturais e de pessoal ainda representem desafios significativos, o conjunto dos serviços de acolhimento da regional de São Francisco tem demonstrado capacidade de resposta e compromisso com os princípios da proteção social especial, devendo

agora concentrar esforços no fortalecimento das equipes, na integração intersetorial e na qualificação das práticas socioassistenciais.

5. Considerações finais.

O Monitoramento da Regional a que se destina esse boletim evidencia que os municípios vêm mantendo esforços contínuos para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), abrangendo tanto a proteção social básica quanto a especial. Verifica-se, contudo, que persistem desafios estruturais e operacionais relevantes, especialmente no que se refere à adequação física das unidades, à composição das equipes técnicas e ao fortalecimento das ações intersetoriais e dos processos inerentes aos serviços socioassistenciais. Ainda assim, identificam-se avanços graduais na organização dos serviços e na incorporação de práticas de gestão voltadas ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais.

Torna-se essencial, nesse contexto, investir no fortalecimento da rede existente, assegurando condições estruturais, materiais e humanas adequadas para a execução dos serviços. O comprometimento da gestão, coordenação e equipes técnicas é fator decisivo para elevar os indicadores, qualificar o atendimento e consolidar práticas de trabalho alinhadas aos princípios e diretrizes da política de assistência social. De forma geral, o monitoramento evidencia uma rede em processo de consolidação, mas que ainda demanda investimentos estruturais, fortalecimento da força de trabalho e aprimoramento da capacidade de gestão. O enfrentamento desses desafios é condição essencial para garantir maior efetividade na execução dos serviços, ampliar o alcance das ações e assegurar o cumprimento dos princípios de universalidade, equidade e integralidade que orientam a política de assistência social.